

ATA DA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ARQUIVOS – CONEARQ. Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e nove, às catorze horas, na Secretaria de Estado da Casa Civil, no Auditório Militar da Subsecretaria Militar da Casa Civil, no Palácio Guanabara, realizou-se a sexta reunião do Conselho Estadual de Arquivos, para a solenidade de posse dos membros conselheiros, com a presença de Paulo Knauss de Mendonça, Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Vice-Presidente do CONEARQ; o representante do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ, Antônio Sérgio Silva de Souza (suplente); os representantes do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, Carla Regina Petrópolis Vieira de Castro Freitas (titular) e Maria Teresa Villela Bandeira de Mello (suplente); os representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, Mônica Maria Martins de Araújo da ALERJ (titular) e Carlos Henrique Ferreira da Silva (suplente); os representantes da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, Eliana Balbina Flora Sales (titular) e Maria Celina Soares de Mello e Silva (suplente); a representante da Associação Nacional de História – ANPUH-RJ, Ângela de Castro Gomes (suplente); a representante do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV, Regina da Luz Moreira (suplente); a representante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, Maria Izabel de Oliveira (titular); o representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior (suplente); a representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Administração e Gestão – SEPLAG, Maria da Conceição M. Benaion (suplente); o representante da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia – SECT, Antônio Luciano da Silva Lima (suplente); o representante da Secretaria de Estado da Casa Civil, André Souza Fonseca (suplente); os representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJ/RJ, Márcio Ronaldo Leitão Teixeira (titular) e Marcus Vinícius Domingues Gomes (suplente); o representante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Flávio Leal da Silva (suplente); o representante da Universidade Federal Fluminense - UFF, Ary Alfredo Pereira Fortes (titular) e ainda, como convidados, a Assessora Especial da Subsecretaria de Gestão – Maria Rosangela da Cunha, a

**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Conselho Estadual de Arquivos**

Coordenadora do Conselho Nacional de Arquivos, Professora Marilena Leite Paes, e o Diretor Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Hideraldo Luiz Ferraz de Miranda. Justificada a ausência dos seguintes membros: a representante do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ, Beatriz Kushnir (titular); a representante da Associação Nacional de História – ANPUH-RJ, Ângela Porto (titular); a representante do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV, Adelina Maria Alves Novaes e Cruz (titular); a representante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, Carmen Tereza Coelho Moreno (suplente); a representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Cybelle Moreira de Ipanema (titular); a representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Administração e Gestão – SEPLAG, Vanessa Paula Lima (titular); a representante da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia – SECT, Márcia Maria Villaça G. Freire (titular); o representante da Secretaria de Estado da Casa Civil, Marco Antônio Horta (titular); a representante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Anna Carla Almeida Mariz (titular) e a representante da Universidade Federal Fluminense - UFF, Maria Amazil de Araújo Pereira (suplente). A sessão foi aberta pelo Dr. Paulo Knauss de Mendonça, que, após a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 31 de março de 2009, informou aos presentes sobre a criação da Comissão Especial de Atos Normativos e da Comissão Especial para Implantação da Política de Arquivos, bem como os membros que as integram. Dada a palavra a Rosângela Cunha, a mesma discorreu sobre o acervo acumulado no Estado e o Programa de Gestão de Documentos. Falou sobre o projeto nº 41 do Governo que dispõe sobre modernização da gestão da documentação pública do Estado do Rio de Janeiro e reestruturação do APERJ, cuja implementação poderá beneficiar pesquisadores, entidades científicas brasileiras e demais instâncias governamentais. Destacou a situação atual, com a tramitação de cerca de três milhões de processos administrativos, cadastro do UPO desatualizado, alto volume de documentos armazenados, e que com o programa mencionado é possível estabelecer procedimentos comuns para uma melhor administração da documentação produzida em diversos setores do Governo. Informou que a meta entre 2009 e 2010 é iniciar os programas

de trabalho, com a revisão do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade referentes as atividades-meio, com a coordenação do APERJ, orientação e metodologia da UFF, e participação da Secretaria de Planejamento e Secretaria de Fazenda; e elaboração dos Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade referentes as atividades-fim com a coordenação e orientação do APERJ, participação das Secretarias de Estado e Entidades da Administração Direta e Indireta, no prazo de seis meses (180 dias). Informou ainda que está sendo elaborado junto ao PRODERTJ um sistema de identificação do órgão produtor, responsável pela Unidade Administrativa (UA), com identificação das competências, funções, atividades, que ficarão disponíveis em uma base de dados, em que haverá: a definição da tipologia; a classificação do grau de sigilo; se há acumulação de acervo; prazo de guarda; tramitação; suporte; etc. Retomando a palavra, Paulo Knauss de Mendonça solicitou o auxílio do Conselho para a definição do marco regulatório, ajudando, assim, a estabelecer as bases normativas de todo o programa que se pretende estruturar. Dada a palavra a Flávio Leal da Silva, este falou sobre a importância da classificação, seleção e qualificação do pessoal que irá trabalhar com a documentação. Retomando a palavra, Paulo Knauss de Mendonça falou sobre a possibilidade do prazo mencionado não ser cumprido integralmente até 2010, especialmente no tocante à disponibilização da informação do Estado de forma organizada, acessível e protegida; e que o ideal é que ao menos sejam implantadas base sólidas do processo desses trabalhos. Falou da importância da reforma ocorrida nas instalações do APERJ, que pôde priorizar, principalmente, a segurança do acervo. Discorreu sobre as atividades que têm sido exercidas no APERJ nesse sentido e sobre o projeto de construção da sede nova. Tomou a palavra Maria Celina Soares de Mello e Silva, que comentou sobre a Lei Rouanet e a nova sede do APERJ, questionando sobre a necessidade de captação de recursos, ao que Paulo Knauss de Mendonça respondeu que a obra da nova sede, que será situada na Cidade Nova, próxima à Estação do metrô do Estácio, iniciará com recursos do Governo, mas que também pretende buscar recursos suplementares. Esclareceu alguns pontos da pauta, falou sobre cursos que serão ministrados e sobre um possível concurso no próximo Governo. Rosângela Cunha reforçou a afirmação, falando sobre cursos e oficinas que serão oferecidos. Tomou a palavra Marilena Leite Paes, que falou sobre as estratégias de campanha que vêm sendo promovidos pelo

CONARQ para a criação e reorganização dos Arquivos Municipais, com edição de uma cartilha, com previsão de publicação até as comemorações dos 15 anos do CONARQ. Uma dessas estratégias seria articular e promover parcerias com os Ministérios Públicos Estaduais (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, a Associação Nacional dos Procuradores da República, entre outros) para aplicação e acompanhamento da legislação específica. Observou ainda a necessidade de fechamento de turmas de classificação de documentos, e afirmou que o marco regulatório é fundamental no prosseguimento dos trabalhos pretendidos. Retomando a palavra, Paulo Knauss de Mendonça acrescentou que existe um projeto de lei em tramitação, do Deputado Olney Botelho (do PDT), propondo um Programa Estadual de Arquivos Municipais. Questionada, Mônica Maria Martins de Araújo falou sobre a situação dos arquivos do Legislativo nos Municípios. Carlos Henrique Ferreira da Silva sugeriu uma consulta à Comissão de Assuntos Municipais no sentido de obter auxílio e outros esclarecimentos. Regina da Luz Moreira comentou sobre o estado precário de conservação, organização e armazenamento em que se encontram alguns arquivos em Niterói. Carla Regina Petrópolis Vieira de Castro Freitas ressaltou que entre 2002 e 2003 fez contato com todos os Municípios do Estado, tanto com as Prefeituras quanto com as Câmaras, porém somente dois Municípios responderam ao questionário e se mostraram interessados: Campos e Porciúncula. Em seguida, foi concedida a palavra ao Dr. Hideraldo Luiz Ferraz de Miranda, que discorreu sobre o censo de documentos Extrajudiciais de Cartórios - Serviços Notoriais e Registrais - do Estado do Rio de Janeiro, realizado no ano de 2008 pela Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de, através do APERJ, preservar toda documentação, com datas remotas até 1908. Maria Izabel de Oliveira sugeriu que os responsáveis pelos Cartórios sejam orientados a proceder à higienização da referida documentação antes do recolhimento ao APERJ. Paulo Knauss de Mendonça reforçou que houve participação do APERJ na realização deste censo. Esclareceu que os documentos cartorários são fiscalizados pelo Poder Judiciário, mas que o tabelião é uma concessão do Poder Executivo; e também que esses documentos, na sua maioria, são de ordem privada, motivo pelo qual, do ponto de vista institucional, devem ser preservados, o que gera o comprometimento de todas as instituições envolvidas. Márcio

**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Conselho Estadual de Arquivos**

Ronaldo Leitão Teixeira e Marcus Vinícius Domingues Gomes relataram como é trabalhada a questão dos arquivos no Poder Judiciário com relação à guarda e disponibilização. Paulo Knauss de Mendonça agradeceu o apoio do Tribunal e acrescentou que a intenção do APERJ, desde o início, é criar uma política de gestão documental. Em seguida, os novos membros do Conselho assinaram o Termo de Posse. Após, foi feito o agradecimento pela presença de todos os participantes e nada mais havendo a tratar, Paulo Knauss de Mendonça deu por encerrado, às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, os trabalhos da sexta reunião do Conselho Estadual de Arquivos. Eu, Paulo Knauss de Mendonça, Vice-Presidente do CONEARQ, lavrei e assinei a presente ata.